

PAULUS Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano 2 – Nº 7 | Outubro – Dezembro 2020



Edição
especial



PELA REDE, BRASIL AFORA

COLABORADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS DETALHAM SUAS EXPERIÊNCIAS DURANTE DIVERSAS OFICINAS VIRTUAIS DESENVOLVIDAS EM TODO O BRASIL PELO PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

• QUEM FAZ O SUAS ACONTECER

GÊNERO: PARA ALÉM DAS IDEIAS

• REFLEXÃO

O MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI:
AS FRAGILIDADES E OS IMPACTOS NA GESTÃO
DO TRABALHO DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS



Assessoramento e Garantia de Direitos

Programa

Direito

E

Cidadania

Temporada nacional 2020 / On-line

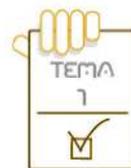
Durante a pandemia conseguimos adaptar nossa programação do Programa Direito e Cidadania com a ajuda e o comprometimento dos nossos parceiros de todo o país. Discutimos convivência e vínculos por meio de temáticas como Comunidade, Empatia, Família, Gênero e Regionalidade.

Nos reunimos na distância segura do mundo virtual para estarmos sempre juntos na busca da garantia de direitos e dos dias melhores para a sociedade brasileira.

Reitos da PAULUS

ito

Resumo do percurso formativo



5
temas



3
transmissões
ao vivo



Mais de **6.700**
visualizações



101
horas



13
formadores



743
inscritos nas
temáticas



144
entidades



38
oficinas

Assistência Social PAULUS

11 5081-7420

social.com@paulus.com.br

paulus.org.br



NÚCLEO
PAULUS

Programa Direito e Cidadania



PAULUS

NOVOS TEMPOS



Edição Especial: um novo tempo, novos desafios

Em sua última edição de 2020, a revista *PAULUS Social* oferece um amplo recorte das atividades desenvolvidas pelo Programa Direito e Cidadania (PDEC) neste segundo semestre. Para tanto, ampliamos a seção “Quem faz o SUAS acontecer”, garantindo o espaço necessário para os temas que exploramos.

Para a matéria de capa, conversamos com alguns dos responsáveis por orientar as cinco oficinas temáticas do PDEC: Comunidade, Empatia, Família, Gênero e Regionalidade. Com o olhar voltado para os aprendizados adquiridos por esses facilitadores, damos uma espiada inicial nos percursos formativos e em suas estratégias.

Em seguida, “Quem faz o SUAS acontecer” explora a fundo, em cinco textos, as reflexões, as perspectivas e os resultados de cada uma das oficinas. Desta vez, a seção se maleabiliza, permitindo que cada um narre sua experiência de um jeito particular; crônicas, relatos e artigos transmitem ao leitor parte da ampla experiência ocorrida.

Por fim, a editoria “Reflexão” compartilha o início de uma pesquisa realizada por alunas da pós-graduação em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social, uma iniciativa da PAULUS para ampliar sua ação de assessoramento por meio da capacitação de qualidade para profissionais da Assistência Social.

Boa leitura!



Ano 2 – Nº 7 | Outubro – Dezembro 2020
ISSN 2596-2264

A *PAULUS Social* é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe. Valdecir Pereira Uveda

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Gerente de Marketing
João Paulo da Silva, ssp

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Rodrigues

Comissão de publicação
Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Thiago Gomes

Reportagem
Alberto Nascimento Filho

Edição de texto
Roberta Molina

Revisão
Pedro Paulo Rolim Assunção

Colaboradores
Maurício Rossini dos Santos
Mira Lopes
Maria Alice Lima Garcia
Pedro Figueiredo
Ana Santos
Anne Caroline S. da Costa
Geisa Paula Ribeiro
Marcos Manoel da Silva
Maria do S. S. Ferreira
Lilian Gibin
Iara Marinho

Jessica Viana
Joselaine Martins
Regiane de Souza
Solange Guedes
Tarceli Clarice Silva

Edição somente digital

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Arquivo da PAULUS e banco de imagens iStock

Sumário



Capa

Pela rede, Brasil afora

6

11

Quem faz o SUAS acontecer

Corpoterritorialidade: o encontro das margens



Quem faz o SUAS acontecer

Conexão empatia: ideias, sentimentos, sentidos e experiências

15

19

Quem faz o SUAS acontecer

Hoje, amanhã e depois



Quem faz o SUAS acontecer

Gênero: para além das ideias

23

26

Quem faz o SUAS acontecer

Os dias eram assim...



Reflexão

O mundo do trabalho no século XXI: as fragilidades e os impactos na gestão do trabalho do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

29

PELA REDE, BRASIL AFORA

Por Alberto Nascimento

EM SUA PRIMEIRA INVESTIDA DE ATUAÇÃO *ON-LINE*, O PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA CRIA UMA NOVA FORMA DE REALIZAR SUAS FORMAÇÕES

Ainda no primeiro semestre de 2020 ficou evidente que este seria um ano atípico. De pronto, qualquer tentativa de declarar o ano como incomum tornou-se um refrão batido e redundante; mesmo a tentativa de qualificar as adaptações como “novo normal” se revelaram rapidamente como outro lugar-comum facilmente desgastável. Mantendo sua proposta de servir como ponto de referência diante das mais diferentes intempéries surgidas no cotidiano de atendimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Programa Direito e Cidadania (PDEC) da PAULUS optou por seguir pela nova rota que aos poucos se desenhava nessa tempestade, reconhecendo a necessidade irrefutável de abrir mão de sua tradicional estrutura de formações presenciais e desbravando o caminho das capacitações *on-line*.

“Foi uma experiência muito inusitada pensar em fazer algo tão inovador na área da Assistência Social no meio de uma pandemia. Estava todo mundo meio perdido, e a gente sente que às vezes nós fomos um acalento. Mas foi muito interessante”, declara Anne Caroline, orientadora social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “For-

mando Cidadãos”, mantido pela PAULUS na Vila Mariana em São Paulo/SP.

Anne foi um dentre os vários profissionais que toparam o desafio de fazer parte da equipe de formadores do PDEC neste último ano. Atendendo a necessidade do momento, a reinvenção do programa resultou em uma reestruturação; no lugar das suas formações clássicas, foram realizados cinco percursos formativos orientados por temas essenciais no cotidiano dos Serviços de Convivência: Comunidade, Empatia, Família, Gênero e Regionalidade. “Muitas vezes a gente se debruçava por muitas horas em alguma questão, e o grupo de orientadores pensava em como lidar com questões que são bem delicadas, até tabu para algumas pessoas”, completa Anne, que atuou na oficina com o tema “Gênero”.

Mira Lopes, analista de projetos na Assistência Social da PAULUS, atuou na equipe que orientou a oficina com o tema “Comunidade”. Ela compartilha um pouco da experiência: “Inicialmente teve muita insegurança por saber que estaríamos lidando com pessoas de diversas partes do país. O grupo da organização conversou e definimos que



iniciariamos a formação com uma apresentação da ideia de ‘comunidade Brasil’, do que é o país e qual lugar ele ocupa nessa comunidade internacional: quais são os aspectos políticos, econômicos e sociais que constituem o que ele é hoje; como diversos aspectos ao longo da história desse país o trouxeram para este lugar e como as problemáticas que existem resultam no que a gente chama hoje de ‘comunidade’, além do sentido estrito da palavra. Normalmente, quando se fala em ‘comunidade’ no Brasil, a gente vai para esse campo da margem, da periferia... Então a gente quis apontar além desse elemento, falando do Brasil como parte da comunidade global”.

A formação *on-line* conseguiu garantir que o PDEC mantivesse, mesmo diante da impossibilidade de eventos presenciais, sua tradicional atuação em todas as regiões do país. O novo formato contou com a participação de mais de 500 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social espalhados por 12 estados e distrito federal.

A orientadora social Iraci Oliveira compartilha a experiência de aprendizagem que foi debater seu tema escolhido com pessoas de todo o país e comenta como a distância

virtual ressignificou sua noção de proximidade: “Escolhi o tema ‘Família’. É um assunto com o qual me identifico muito por ser um dos eixos que a gente trabalha no Serviço de Convivência. Uso bastante essa temática nas minhas atividades com as crianças e adolescentes. Mas, em particular, escolhi esse tema por que eu me vi vivendo isso junto, quando a conversa começou a abordar o que estava acontecendo neste momento com as famílias. Eu perdi meu pai para a Covid, para essa doença que causou esse momento tão diferente. Meu marido perdeu o emprego por conta do isolamento. Ficamos aqui em casa com dois filhos adolescentes. Então tivemos que aprender a lidar com conflitos e a reinventar nossa dinâmica familiar. Eu estava bem no auge de todas essas sensações de luto e de luta que vieram em decorrência desse isolamento: não tive como escolher outra coisa”, diz.

Lilian Souza, orientadora social que atuou como formadora na oficina de “Empatia”, reforça a importância da pluralidade geográfica dos participantes das formações: “A vantagem da atividade *on-line* é essa possibilidade



Foto: iStock

de ter várias pessoas de várias regiões falando ao mesmo tempo. Todo mundo ter voz, estar ali se vendo, trocando... Acho que essa formação virtual foi muito interessante por isso: várias pessoas de diversos locais se encontrando em um espaço único”.

Fabio Maganha, supervisor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “De Olho no Futuro”, mantido pela PAULUS em Osasco/SP, compartilha dessa leitura. Ele atuou como formador na oficina do tema “Regionalidade” e pontua alguns obstáculos do formato à distância: “A maior dificuldade é não saber se o que estamos tentando comunicar está chegando ou não ao receptor, isto é, sinto falta da retroalimentação espontânea que acontece naturalmente quando estamos presencialmente. Tive que me acostumar com o ‘barulho do silêncio’ entre uma interação e outra. Todavia, pude compreender que o silêncio é tão importante quanto as pausas que ocorrem na partitura da vida. Ainda assim, sinto falta do calor do presencial, o corpo falante, a avaliação retroativa, a transmissão viva, a resposta que transforma e é transformada pela dialética dos olhares, dos sentidos, do sentir um ao outro”.

Outros problemas também ficaram evidentes com esse formato, como a participação fragmentada, o áudio que não funciona, a internet que cai, os problemas na câmera e outros diversos arranjos que precisam ser feitos para garantir a participação. Mesmo assim, alguns benefícios são claros, como o alcance e a escala das atividades e algumas comodidades.

No modelo tradicional da PAULUS, os locais dos processos formativos são geralmente providenciados pelos parceiros, que estão localizados em territórios estratégicos e normalmente garantem a participação de

representantes de vários municípios vizinhos. Isso é positivo porque se consegue tratar de tramas, tendências, dificuldades e potencialidades de regiões semelhantes. Mas o *on-line* pulverizou tudo, demandando uma ampliação das abordagens. A melhor parte é essa: poder alcançar um número mais diverso de pessoas de comunidades diferentes.

“Um problema evidente é que nem todo mundo tem acesso fácil à internet. A gente trabalhou com várias regiões, então houve muitos depoimentos sobre uma conexão precária”, sinaliza Iraci. Ela prossegue: “Falamos sobre as dificuldades que as pessoas encontram em poder conectar as famílias, seguir e dar conta das demandas do Serviço de Convivência. Nesse modelo *on-line* ficou muito difícil. Eu sou uma daquelas pessoas que se identifica mais com o olho no olho, que prefere o presencial. Gosto do toque, gosto do olhar, gosto do cheiro... E a gente não consegue nenhuma dessas coisas nesse formato *on-line*. Por outro lado, muita gente que talvez não conseguisse participar de uma formação por morar longe e não poder se deslocar consegue ‘comparecer’ por só precisar se conectar. Como tudo na vida: tem ganhos e perdas”.

Anne pontua o quanto essa diversidade geográfica foi enriquecedora também para sua oficina de “Gênero”: “É importante trazer a oportunidade de diversas pessoas do Brasil vivenciarem e debaterem esse tema. Isso é enriquecedor não só para os participantes, mas também para quem orienta. Eu pude aguçar meu ouvido para a escuta de diversas realidades. Falei bastante na formação sobre não criar bolhas dentro de bolhas e, ao falar isso, eu mesma me questioneei sobre esse movimento. Foi bom entender que a normalização de certos temas não existe em todo lugar”.

“ A melhor parte é essa: poder alcançar um número mais diverso de pessoas de comunidades diferentes. ”

I DE LÁ PARA CÁ

Ao avaliar qualquer processo formativo, o mais comum é voltar os olhos para o aprendizado obtido pelos participantes. Todavia, igualmente relevantes são as novas perspectivas surgidas nos formadores que orientaram o processo. Essa aprendizagem demonstra tanto a eficiência da horizontalidade metodológica utilizada como também sedimenta a capacidade do formador para atuações futuras.

Lilian compartilha alguns dos elementos apreendidos nesse processo: “Apreendi muitas coisas nessa formação, sobre troca, sobre compartilhar, sobre ouvir outras ideias que não estavam em concordância com as minhas e como trabalhar outras visões a partir disso. Foi super rico, uma troca muito gostosa. Foi incrível trabalhar com outras pessoas nesse sentido de compartilhamento e discordâncias, e que bom que houve as discordâncias, pois isso gerou crescimentos em relação à consciência e reflexões”, diz.

“Meu maior aprendizado nesse meu momento foi parar para ouvir e criar minhas conexões e identificações com tantas outras realidades ocorrendo com tantas outras famílias”, aponta Iraci. “Teve muita troca, escuta de realidades divergen-

tes acontecendo em cada local, cada região, cada família, cada instituição. Eu aprendi que a gente pode se reinventar e inventar novas formas de dar conta de novas demandas e coisas que vão surgindo no nosso cotidiano”.

Todos os entrevistados e demais participantes ouvidos apontam alguns aprendizados como, por exemplo, o poder da escuta ativa, que pode transformar vidas e preconceitos alienados em conceitos que nos ajudam a refletir sobre a inteireza de se estar no mundo e sobre o quanto somos seres regionais, universais e interdependentes. Citando o geógrafo Milton Santos, podemos afirmar que “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que nos une”.

Os encontros do Programa Direito e Cidadania oportunizaram muitos aprendizados. Individuais e coletivos. O compartilhamento de ideias, sensações, contextualidades e virtudes serviu para reforçar mais ainda o compromisso desses profissionais com seus territórios. A atividade também reaviva a necessidade da Política Pública de



Assistência Social como motor da história coletiva daqueles que dela necessitam.

“Na minha singela opinião”, acrescenta Fábio, “os resultados mais interessantes na formação foram a valorização da diversidade, a identificação das semelhanças e a autonomia do grupo ao construir, para a culminância da formação, uma narrativa regional, sem deixar de ser universal”.

“Sobre os resultados”, retoma Mira, “não dá para fugir de algo em que acredito desde o começo. Quando se apresentou essa proposta do Programa Direito e Cidadania atuar *on-line* com essa estrutura, pensando da perspectiva da Assistência Social, eu vi como um ‘superpercurso’, dentro da metodologia do que a gente desenvolve nos atendimentos. Eu não poderia ter outra ideia quanto ao resultado do percurso senão ele mesmo. Independentemente dos resultados, do que foi produzido, para mim o mais significativo é o que acontece dentro do percurso. E para entender isso tem que ir; só estando lá para ter uma compreensão do ganho, do grande resultado do que foi esse processo. Essa troca, esse

descortinamento de muitas ideias, que às vezes a gente toma como lugar-comum, gera impactos inesperados em quem participa”.

Apesar do cenário negativo que disparou a necessidade de uma formação à distância, Iraci também observa o outro lado: “Nós conseguimos tirar algo de positivo desse caos todo que foi essa pandemia. Se nós não tivéssemos esse período de isolamento, não teríamos a oportunidade de desenvolver esse trabalho. Estaríamos na nossa atuação cotidiana sem esse momento de troca, sem esse compartilhar de saberes e fazeres”. Anne concorda, e complementa: “Antes desse momento a gente pensava que a convivência digital não era tão verdadeira quanto a real. Porém, esse ano a gente conseguiu finalmente, forçadamente talvez, entrar na era digital. Todas as gerações entraram na era digital, mesmo que tenha sido na marra. Não necessariamente no sentido de inclusão digital, mas no sentido de que muitas pessoas tiveram contato e somente o contato digital. Para quem não tem o contato físico, isso foi importante e imprescindível nesse momento”.

“**Antes desse momento a gente pensava que a convivência digital não era tão verdadeira quanto a real.**”

ram na era digital, mesmo que tenha sido na marra. Não necessariamente no sentido de inclusão digital, mas no sentido de que muitas pessoas tiveram contato e somente o contato digital. Para quem não tem o contato físico, isso foi importante e imprescindível nesse momento”.



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

CORPOTERRITORIALIDADE: O ENCONTRO DAS MARGENS

Por Maurício Rossini dos Santos e Mira Lopes

Foto: iStock

No dicionário, “comunidade” se refere à noção de algo comum a diversos indivíduos. Dada a dimensão territorial de nosso país, sua diversidade e multiplicidade, o que seria comum a todos? Qual ou quais elementos poderiam representar o Brasil do ponto de vista do sentido imediato que a palavra “comunidade” desperta?

Diferente do dicionário, no imaginário brasileiro, comunidade é a periferia, o subúrbio, a “quebrada”, a margem – nem sempre nas margens da cidade, mas sempre marginalizada. Diante disso, a formação foi contornada por essa ideia da comunidade como periferia e ocupou-se em dialogar com os participantes sobre as alternativas para o cenário atual, sempre considerando a potência em lugar da escassez.

Para retratar as periferias do Brasil, se fez necessário que falássemos sobre o lugar que o país ocupa no mapa, geográfica e politicamente, apresentando aspectos econômicos e sociais que constituem o Brasil hoje e apontando como esses elementos globais, entrelaçados com a realidade interna, possibilitaram a geração dos lugares os quais denominamos “comunidades”.

Um elemento histórico indissociável do surgimento das comunidades foi o processo de escravização de povos trazidos da África para o Brasil e da população nativa, os indígenas. O uso da mão de obra cativa, alicerce de todas as antigas civilizações (GOMES, 2019, p. 64), toma novo contorno com o surgimento da ideologia racista pela qual a condição de escravo passa a ser diretamente vinculada ao tom da pele. Assim, a pessoa não branca é pertencente a uma sub-raça que, apenas em cativo e sob a tutela dos brancos, poderia ser considerada, por ventura, humana de fato (GOMES, 2019, p. 73).

É da tardia e mal entendida “libertação” dos escravos, permeada por outros fatores correlatos, que as comunidades do Brasil são herdeiras. Salvaguardadas as

peculiaridades de cada região do país e das comunidades que as integram, todos somos, sem exceção, frutos do processo de colonização e, conseqüentemente, da escravidão perpetrada pelos europeus.

No curso da história, outros fatores foram sedimentando essa herança nefasta: o próprio sistema capitalista, o processo de industrialização, a divisão do trabalho e demais políticas que sustentaram e ainda sustentam a manutenção das desigualdades no Brasil.

É dessa macrovisão que partimos para, em sequência, abordarmos uma perspectiva sobre o corpo próprio – aquele que reconheço para além da dimensão orgânica – e sua relação com o espaço. Seguimos então para a relação mútua e colaborativa entre esses corpos na construção de alternativas locais para o enfrentamento das desigualdades sempre presentes e agravadas neste momento de pandemia.

CORPO-TERRITÓRIO

Ou seria um corpo-lugar? O conceito de território, amplamente discutido e alvo de fortes tentativas de redefinição nas últimas décadas, trata-se – em uma primeira aproximação –, fundamentalmente, de “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). Naturalmente, tal definição deve levar em conta o debate sobre o conceito de poder, o que não nos cabe realizar neste trabalho. Mas é fato que nossas discussões consideram as relações de poder que formam os mais diversos corpos, tornando o conceito de lugar mais adequado a partir da ótica adotada na formação.

O significado de lugar, apesar de sua acepção cotidiana e de muitas vezes se fundir ao significado de



espaço, é dotado de carga simbólica e, “à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”, o espaço vai se tornando lugar, sendo este menos abstrato que aquele (TUAN, 2013, p. 14). Sendo assim, o conceito de lugar se assemelha ao conceito de território, porém não é a dimensão do poder que se apresenta em primeiro plano, e sim a dimensão cultural-simbólica, e a partir dela as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas vão construindo as imagens e sentidos de lugar — ou dos lugares — enquanto espaço vivido e percebido (SOUZA, 2016).

Como nos diz Lefebvre (1986[1974], p. 199), “cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele produz no espaço e produz o espaço”. Da mesma forma, o corpo também é produzido pelo espaço. Ailton Krenak (2020) adiciona à discussão:

Pertencer a um lugar é fazer parte dele, é ser a extensão da paisagem, do rio, da montanha. É ter seus elementos e cultura, história e tradição nesse lugar. Ou seja, em vez de você imprimir um sentido ao lugar, o lugar imprime um sentido à sua existência.

Assim, da mesma forma que só se compreende o ser ao entender sua territorialidade, só se compreende o território ao se entender os corpos ou a partir da “conjugação entre corpo individual e corpo social” (HAESBAERT, 2020, p. 86). Podemos entender, portanto, o corpo — ou a corporeidade, essa “linguagem estrutural que transpassa o corpo” (LINDÓN, 2012, p. 703) — como um primeiro lugar, o primeiro espaço de reconhecimento do sujeito, onde se encontra toda a carga subjetiva que o torna um no todo e um com o todo e que é moldado através dos conflitos internos e externos. O corpo, então, é um lugar que se forma, deforma e transforma a partir das experiências socioespaciais. Portanto, como nos alerta Nogueira (2014, p. 40), é momento de restabelecermos relações com as pessoas que habitam os lugares para melhor compreendê-las ou corremos o risco de pensar a sociedade apartada do lugar — e dos corpos-lugar —, “a-espacializada”, um lugar sem pessoas, onde as relações entre os lugares são apenas técnicas.

Não há forma de compreender e transformar o espaço que não seja através dos corpos que o habitam.

“

Cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele produz no espaço e produz o espaço.

”

CAFEZIN

Desde o início, a história em quadrinhos “Heróis da Convivência”, componente do Kit PDEC 2020 – ideia surgida magistralmente a partir dos percursos elaborados e desenvolvidos pela equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo “De Olho no Futuro” – serviu de mote para a condução da conversa. Desse modo, ilustrações diversas e a identificação de “heróis” locais foram parte significativa do processo.

Durante o percurso, surgiu a proposta de criarmos tirinhas ao final de cada encontro. Para isso, foi criada uma personagem com a função de representar partes tão distantes e diversas: o Cafezin, idealizado e criado pelo grupo em geral, sob a coordenação dos educadores da PAULUS. A personagem é um copo estilo americano, servido de café até a metade, que lança no ar, por sua fumaça, as frases, poesias, ideias e trocas estabelecidas pelos participantes do processo formativo.

Essa personagem tem a pretensão de ser a expressão das alternativas criadas pelos profissionais dos SCFV na atual conjuntura. Revela também as saídas encontradas pelas lideranças locais que não necessariamente têm atuação em equipamentos da

rede socioassistencial ou qualquer outra rede garantidora de direitos, ao menos não de modo formal. Tais lideranças estão no enredo das iniciativas populares coletivas, de arte, cultura e educação, redes colaborativas, às vezes vinculadas a grupos religiosos – de todas as crenças –, associações comunitárias ou iniciativas espontâneas de moradores do território. São essas redes, articuladas ou não entre si, que vêm proporcionando às comunidades o aporte necessário para a sustentação da vida com dignidade. Essas iniciativas, vinculadas a medidas emergenciais adotadas pelo governo federal, têm garantido, por ora, que se evite o tão temido colapso social.

A personagem se ocupou em ouvir as vozes daqueles que abriam o microfone ou escreviam no *chat*. Ela escutava, dialogava, sintetizava, ampliava e depois dizia: “Cafezin ouviu de Fernanda Rieta a seguinte frase ‘ler a comunidade é ouvir as pessoas’”. A cada gole de palavra, Cafezin ganhava corpo e território, lugar e espaço. Foi se deixando habitar que ele se tornou quem é. Foi com cada gole que o vídeo e o fanzine foram elaborados como entrega resultante dessa caminhada.

Tema: Comunidade

Participantes: 93

Municípios: 32

Instituições públicas e privadas: 66

Encontros virtuais entre agosto e novembro de 2020: 10

Principais resultados: fanzine e vídeo



CONEXÃO EMPATIA:
IDEIAS, SENTIMENTOS,
SENTIDOS E
EXPERIÊNCIAS

Por Maria Alice Lima Garcia



Em meio à pandemia iniciamos uma reflexão para lá de apetitosa com pessoas de todos os cantos do país. Essa é uma das vantagens dos cursos, encontros e conversas realizados *on-line*: poder compartilhar conhecimentos, momentos e histórias com pessoas de qualquer lugar. Com isso, tivemos um ciclo que abriu várias perspectivas e trouxe muitos elementos para reinterpretar os significados dos processos empáticos e buscar perceber o sentido da empatia para cada pessoa, comunidade e sociedade.

Afinal, falar de empatia, neste momento em que tivemos que tirar tudo do lugar, é rever nossa forma de viver, ser, querer, atuar, se relacionar... Assim, em uma mistura de referências teóricas, experiências vividas e inspirações artísticas, seguimos aquecendo nossas ideias sobre esse tema tão instigante. O transcorrer dessa conversa na oficina do Programa Direito e Cidadania sob o tema "Empatia" gerou grandes questões, que delinearão várias trocas e construções de ideias. Uma das questões desencadeadoras do processo foi: afinal, por que falar de empatia neste momento?

Entre as percepções compartilhadas, surgiu a noção de que a pandemia nos proporcionou, e ainda tem proporcionado, olhar mais de perto para nós mesmos, para nossas relações, intransigências, intolerâncias, arrogâncias, nossos medos e, é claro, nossas potencialidades. O momento nos convida a interagir de forma mais plena e integral com nosso próprio eu e com os outros. É um estímulo para refletirmos sobre o que significa ser empático em toda e qualquer circunstância com diferentes pessoas e sobre como percebemos o outro estando (nós) no lugar de onde ele fala e no qual ele sente... E não é preciso colocar-se, literal e absolutamente, no lugar da outra pessoa, mas sim compreender sua perspectiva, sua

ótica, sua lógica, seu percurso, suas experiências, suas crenças, seus gostos...

Ao falar sobre o que é empatia e o porquê de olhar para essa questão nesse momento, um novo elemento aparece forte na conversa: o papel do autoconhecimento e sua relação com a empatia, outra questão que foi bem marcante e constante em nossas reflexões.

Caminhar por essa análise trouxe à tona a percepção dos vários "outros" que nos habitam, pois, no processo de nos voltarmos para dentro, para nossas questões e sentimentos, podemos perceber o papel das relações que estabelecemos com pessoas em diferentes situações e como elas fazem parte do que se constitui como nosso eu, nossa forma de ser e estar na vida. A percepção clara de como acontecem essas interações nos possibilita descobrir

muito sobre nossos sentimentos, nossas inquietações, nossos interesses, nossos desejos, ou seja, quem somos. Sendo assim, autoconhecimento e empatia estão intimamente relacionados, sendo processos que alimentam um ao outro.

E à medida que a conversa avançava, foi surgindo um ponto que mobilizou bastante todo o grupo.

Trata-se de uma questão que mexe com aquelas situações de extremo desconforto e grandes desajustes nas relações. Eis que desponha a pergunta que sintetiza essa ebulição: é possível ser empático em situações de extrema discordância? Pensando além, como ser empático na discordância? Isso deu pano para manga e, sem dúvida, nos fez sair de nossa zona de conforto e olhar para crenças e sentimentos em relação a pessoas e fatos. Ajudou-nos a perceber o quanto importante é desenvolver a empatia, especialmente para sabermos como agir nesses cenários.

E para que serve o olhar empático para indivíduos e eventos que nos causam esse tipo de impacto? Serve para que tomemos consciência de que é possível lidar com esses desafios de maneira pacífica. Ele nos

“ O momento nos convida a interagir de forma mais plena e integral com nosso próprio eu e com os outros. ”





Foto: iStock

Foto: iStock

possibilita lidar com antagonismos e discordâncias sem nos conectar com ações de violência. Pode ainda funcionar como uma ferramenta criativa, capaz de ampliar e diversificar ações transformadoras.

O desafio, então, é sentir empatia por pessoas cujas crenças não compartilhamos ou que supostamente podem estar na categoria de inimigas, pois o tratamento de algo ou alguém como desafeto nos tira do lugar de paz, de centralidade, de conexão e inviabiliza saídas que sejam, de fato, eficientes para lidar com conflitos e romper com as crenças que separam e criam os grandes abismos e desigualdades. Essa é uma questão importante a ser explorada neste tempo em que vivemos grandes violências expressas nas diferentes interações que acontecem, especialmente, nas redes sociais e mídias em geral.

A pergunta é: como usar esses canais de forma empática, para que promovam crescimento e nos tirem da estreiteza de conceitos, pensamentos e atitudes? Sem dúvidas, este é um ponto que nos convoca ao enfrentamento e à busca de saídas inteligentes, agindo com disposição para criar novas formas de lidar com preconceitos, desrespeitos, desigualdades e atitudes desumanas para erguer novas realidades que tragam substância e importância à vida de todos.

E, assim, de ponto em ponto, fomos seguindo nas trocas... E foram tantas ideias, experiências compartilhadas e questionamentos que pudemos trazer à tona algo que chamamos de empatia ativa, um ponto-chave para desencadear processos empáticos. Para que tais processos aconteçam é preciso se dispor a realizar movimentos e se abrir para a experimentação. Pensando sobre isso, chegamos a mais um ponto crucial: como ensinar e aprender empatia? Investigação preciosa e estimulante para o grupo que estava altamente motivado e envolvido nesse processo.

A empatia precisa de movimentos para acontecer. Para percebermos o outro como um ser, para nos percebermos na e em relação com o outro, é preciso abrir a mente, se desapegar de crenças e

Foto: iStock

“

(...) a empatia é uma via de mão dupla, construída sobre entendimento mútuo, pela troca de crenças e experiências importantes.

”

conceitos, suspender julgamentos, ter curiosidade e espírito investigativo, pois a empatia é uma via de mão dupla, construída sobre entendimento mútuo, pela troca de crenças e experiências importantes.

E nesse ir e vir de recuperar situações que nos ajudam a praticar a empatia, nós elencamos algumas formas de promover esse aprendizado. A primeira delas é buscar experiências que despertem a curiosidade, que incentivem e agucem a abertura para o diferente. Por isso, é importante que nos sintamos provocados a investigar e saber mais sobre as pessoas e seus contextos e que desafie os preconceitos e rótulos criados por nós a todo momento. Outra maneira é dispor-se a experimentar coisas que as outras pessoas fazem e que nós nunca fizemos. Exercitar a escuta aberta e plena também é um excelente caminho, que promove conexões reais no encontro com outras pes-

soas. Por fim, podemos contribuir sendo exemplo para os outros por meio da prática constante do olhar empático.

Os exercícios e provocações propostos pelos mediadores nos fizeram alargar os horizontes, nos instigaram a buscar novas perspectivas, olhar para diferentes direções, remexer em pontos que estavam em repouso. Assim, foram emergindo temáticas que nos provocaram e permitiram o surgimento de diferentes pontos de vista, novas reflexões, novas questões e novos olhares para o que de fato pode se configurar como um processo empático, com todos os benefícios que ele pode trazer para diferentes desafios e conflitos.

Abrimos um ciclo reflexivo que não tem fim, um convite a explorar mais e mais o universo das relações e seu papel na construção da realidade. A ideia, ou melhor, o desejo é continuar essa conversa e descobrir, em conjunto, formas para falar sobre empatia e também exercitá-la.

Quer saber um pouco mais sobre o que rolou nesse encontro? Então acesse os três episódios do podcast “Conexão Empatia”, no perfil PAULUS Editora do Spotify.

Tema: Empatia

Participantes: 153

Municípios: 34

Instituições públicas e privadas: 69

Encontros virtuais entre agosto e novembro de 2020: 10

Principal resultado: Podcast Conexão Empatia



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

HOJE, AMANHÃ E DEPOIS

Por Pedro Figueiredo e Ana Santos

O debate sobre a família contemporânea e a busca por conhecer suas particularidades durante a pandemia orienta o círculo formativo do tema “Família”.

Se antes uma família era considerada como tal apenas pelos laços sanguíneos e de casamento, hoje ela é entendida também pelos laços afetivos, um grande avanço. As mudanças também afetaram as mulheres, que deixaram de ser “propriedade” dos maridos e passaram a ser compreendidas como sujeitos de direitos.

Novos conceitos de família são retratados em produções culturais como séries, novelas, filmes, peças, livros... Diversas histórias e roteiros mostram que as mulheres podem pedir a separação do marido, que pessoas divorciadas e com filhos podem casar novamente, que casais homoafetivos podem constituir uma família e que outros estereótipos sólidos já estão fora de moda.



I E POR QUE FALAR DO HISTÓRICO DAS **FAMÍLIAS**?

Aos profissionais da Assistência Social, da Educação, da Saúde e de outras áreas que lidam com famílias diariamente, é essencial uma compreensão ampla do conceito de família, bem como o conhecimento sobre o percurso histórico de lutas e conquistas responsáveis por suas mudanças. Como abordam Freud e Lacan, é na família que cada pessoa se constitui como indivíduo, a partir das experiências que passa. Mas com tantas famílias diferentes e de configurações tão variadas, é necessário entender do que se fala quando se fala de família. Igualmente relevante a tais profissionais é debater sobre o atendimento às famílias. Na atual conjuntura, esse debate gira em torno do acesso às famílias durante a pandemia. É importante refletir sobre o que fazer nesse período de atendimento remoto, como en-

trar em contato com pessoas que não estão conectadas à internet, que não conseguem acessar vídeos e conteúdos em tempo real.

O atendimento a uma família começa assim que ela chega à instituição. Quais são suas expectativas? O que conhecem e ouviram falar? Acolher as demandas é um dos trabalhos mais importantes e difíceis de serem feitos, afinal, são muitas famílias diferentes, não apenas em configuração, mas em vivências, necessidades, expectativas e maneiras de lidar com o outro. É preciso ter tolerância, saber falar e ouvir, ter empatia e, tão importante quanto outros pontos, ter respeito pelas diferenças. Cada pessoa tem seu jeito, seu temperamento, sua velocidade, sua história; entender e respeitar isso são pontos fundamentais para a convivência humana.



E COMO SERÁ O MUNDO APÓS ESTA PANDEMIA?

Em conversas sobre diversos cenários pós-pandemia surgem ideias, sugestões e angústias sobre como será o mundo e como serão os atendimentos. Será que as pessoas poderão voltar a ter contato físico? Como serão as adaptações à nova realidade? E a saúde mental dos profissionais, como ficará?

Perguntas pertinentes, mas, por ora, sem muitas respostas concretas. Apesar de diversas conjecturas e hipóteses, a realidade é que ninguém sabe ainda como será. Então, por que falar sobre isso?

Neste momento entra em cena o planejamento. Discutir as mudanças após entender a realidade atual é vital para que sejam feitas adaptações para os cenários pós-pandemia. Quem deixou o trabalho presencial foi pego de surpresa, tendo de se adaptar à vida de atendimento remoto, aos contatos apenas por telefone, mensagens e outros meios digitais, à permanência quase integral em casa, tudo enquanto mantém o serviço acontecendo. A importância de se discutir o futuro é justamente organizar ambientes, rotinas e procedimentos para que o retorno ao trabalho presencial não seja tão impactante quanto foi a saída para o trabalho remoto.

A partir dessas discussões conceituais, foram criadas duas oficinas diferentes para os participantes do grupo de formação com o tema "Família": uma delas discutiu e criou um protocolo de retorno seguro aos atendimentos presenciais, enquanto a outra elaborou uma pesquisa em âmbito nacional com famílias sobre suas percepções e sentimentos.

O protocolo de retorno às atividades é um documento que serve como orientação para organização do espaço físico, da equipe, das rotinas e da comunicação para que a retomada das atividades presenciais seja a mais segura possível. O documento foi elaborado observando possibilidades de adaptação que atendam às demandas das diferentes instituições e territórios, ou seja, não é algo fechado e que deva ser seguido à risca. O grupo trabalhou para contemplar diferentes pontos e necessidades de diferentes áreas, tipos de serviço, tipos de rotinas e municípios brasileiros.

Concomitantemente à elaboração do protocolo aconteciam as reuniões do grupo da pesquisa, que surgiu da preocupação com os impactos pré-existentes e que foram intensificados pela crise pandêmica vivida em 2020. O objetivo era obter informações sobre como estavam vivendo as famílias diante do cenário atual, altamente delicado em termos políticos, econômicos e sociais. Foi um projeto bastante ousado e inovador, já que as informações específicas deste momento de pandemia ainda não haviam sido colhidas, mas os resultados foram satisfatórios, revelando os pontos de maior necessidade de atuação e aperfeiçoamento dos trabalhadores da Assistência Social, da Educação, da Saúde e de outras áreas.

Considerando três eixos temáticos – convivência, situação socioeconômica e perspectivas futuras – foram feitas a criação e a escolha de cinco perguntas para cada eixo, a elaboração do questionário, a testagem da pesquisa, a aplicação real do questionário e a análise de

“ Discutir as mudanças após entender a realidade atual é vital para que sejam feitas adaptações para os cenários pós-pandemia. ”

dados. Foram necessários engajamento e participação para que o processo fosse concluído e, com menos de dez dias de aplicação, foram obtidas mais de 600 respostas de famílias das cinco regiões do Brasil.

O maior índice de respostas veio do Sudeste, com 65% (369 respostas), seguido pelo Nordeste, com 21% das respostas (122 respostas). Verificou-se que 64% dessas famílias são atendidas por alguma organização social. Quanto à participação dessas famílias no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (organização social) neste momento de pandemia, 62% relataram que fez muita diferença, 17% não souberam responder e apenas 5% relataram que não fez diferença.

No eixo “A convivência familiar e comunitária na pandemia”, em relação às dificuldades encontradas pelo grupo familiar no isolamento social, 41% das respostas relataram desemprego/diminuição da renda, 27% não relataram dificuldades e 19% indicaram questões emocionais ou questões de saúde mental/psicológicas.

No eixo “A situação socioeconômica da família”, 51% das famílias indicaram a necessidade de receber auxílios que não recebiam antes, 19% já recebiam, 18% não precisaram e 7% precisaram e não foram contempladas.

Quanto ao emprego, 41% relataram situação de desemprego desde antes do início da pandemia, 16% continuaram trabalhando presencialmente, 16% estavam trabalhando e foram desligados, 15% passaram a trabalhar em casa e 8% trabalharam parcialmente em casa e parcialmente fora.

Por fim, no eixo “Perspectivas de futuro pós-pandemia”, sobre o diálogo familiar a respeito desse tema: 41% dialogam, mas não sabem direito o que fazer; 39% dialogam e relataram que já é bom se preparar para o futuro; 11% não dialogaram e 6% não dialogaram por achar que ainda é cedo.

“

O resultado final foi positivo e algumas instituições utilizaram a pesquisa como atividade interna, favorecendo o fortalecimento de vínculos com a família. A continuidade da pesquisa pode auxiliar as atividades futuras do serviço.

”

O resultado final foi positivo e algumas instituições utilizaram a pesquisa como atividade interna, favorecendo o fortalecimento de vínculos com a família. A continuidade da pesquisa pode auxiliar as atividades futuras do serviço.

A ideia é que o documento também contribua para que as organizações sociais possam elaborar o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, considerando a avaliação epidemiológica de cada município, bem como a rede setorial e intersetorial.

O protocolo ainda será adaptado e colocado em prática por muitos trabalhadores e usuários do SUAS, enquanto a pesquisa com as famílias permanecerá sendo aplicada em 2021.

Tema: Família

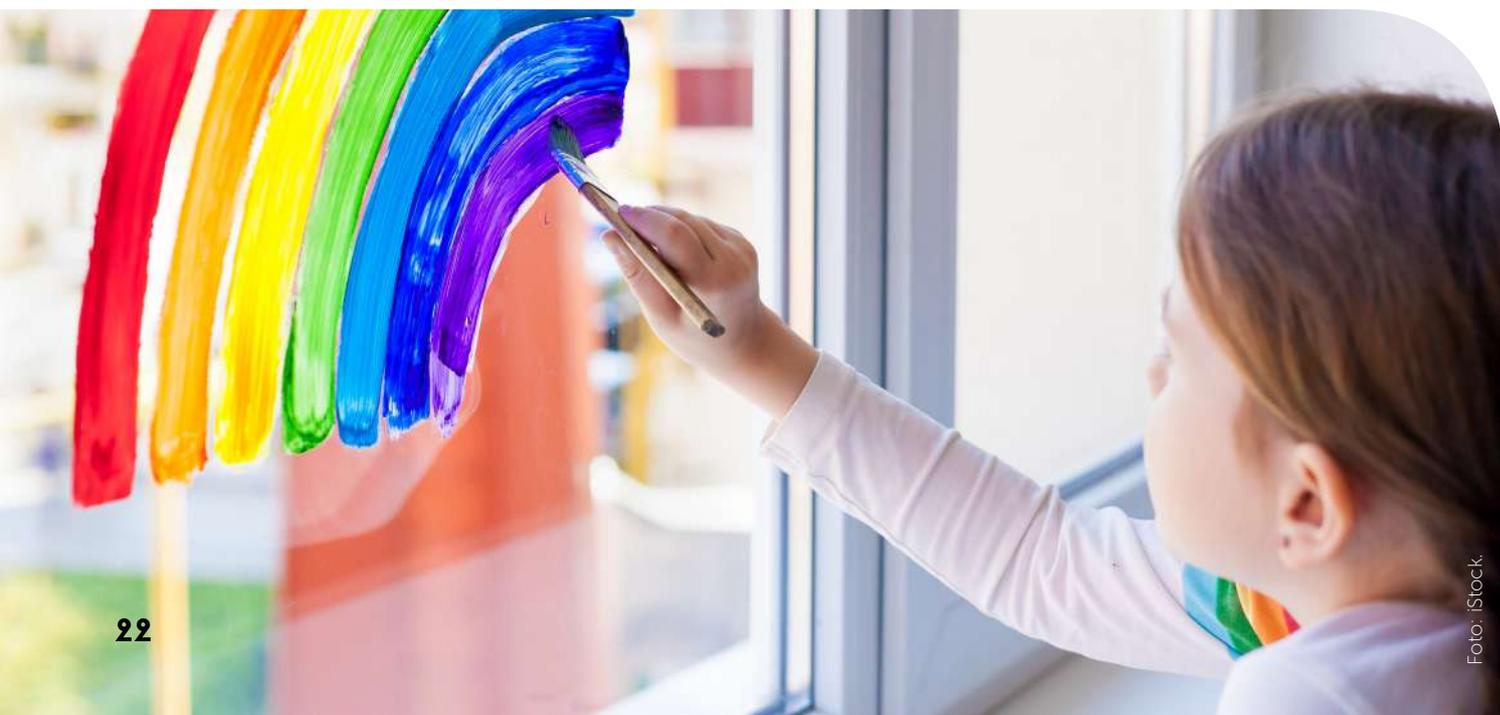
Participantes: 128

Municípios: 67

Instituições públicas e privadas: 89

Encontros virtuais entre agosto e novembro de 2020: 10

Principais resultados: pesquisa sobre situação familiar na pandemia e protocolo de retomada às atividades presenciais.



**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

**GÊNERO:
PARA ALÉM
DAS IDEIAS**

Por Anne Caroline S. da Costa,
Geisa Paula Ribeiro,
Marcos Manoel da Silva e
Maria do S. S. Ferreira

Os ideais feministas se desenvolveram no decorrer dos séculos até serem amplamente sinalizados como movimento de vanguarda pelo direito da mulher à igualdade de gênero. De Simone de Beauvoir até os dias atuais, tantas outras personas, pensamentos e olhares futuristas esparramaram sonhos, lutas e renovaram a história em favor da dignidade para todos. O tema “gênero” vem incorporando conceitos, entendimento social e pautas diversas engendradas como sinônimo de construção social do papel da mulher. Na semântica, feminismo ganha uma nova concepção: antimachismo. Um misto de suspiro e reconhecimento, mas não de estagnação. Nessa caminhada desafiadora, a população brasileira tem aprendido a focalizar dimensões humanas comunitárias, a valorizar suas raízes e a se dispor para compreender as diferenças.

O antimachismo representa um salto nessa discussão, sendo exercido pelo direito igualitário ao voto, ao divórcio, à autonomia, à valoração no mundo corporativo, ao pleito político e mais tantas possibilidades que o tempo reserva à mulher e à diversidade de gêneros presentes na história. Nessa jornada de desconstrução de estruturas centenárias se inserem os sujeitos, os ativistas, as humanidades, sejam por vozes pretas, coloridas ou brancas.

O termo “gênero” aqui é alimentado pelo diferente, pelos direitos iguais para todos, pela dignidade em ser o que se é. O enfrentamento acelerou e não há mais espaço para comportamentos escondidos. A proposta de discussão sobre o tema traz para o diálogo as diferentes perspectivas epistemológicas e o modo como nelas se inserem as experiências dos sujeitos e as políticas públicas sociais para a construção de representatividade, com foco nas diferentes identidades, nas relações de parentalidade e no gerenciamento da ambiência familiar.

I A FORMAÇÃO

Se o desafio significou plantar novos *softwares* no pensamento dos sujeitos em relação ao tema, a dinâmica teve a pretensão de ir ao encontro desse entendimento sobre relações e identidade de gênero, ampliando o conhecimento digerido nas trocas de experiências entre diversos participantes de diferentes regiões, sob o gerenciamento do Programa Direito e Cidadania (PDEC) 2020. As pautas trabalhadas na formação foram além da transmissão de conteúdos e geraram um ativismo – motivado pela vontade de mudança dos participantes – que resultou na elaboração do jogo de cartas “Desembaralhando Gênero”, uma síntese de teorias e pesquisa de campo. A transversalidade dos conteúdos objetivou a formação humana sobre questões relevantes ao percurso de vida do indivíduo, a fim de construir novos conhecimentos e promover atitudes que reverberem nas ações cotidianas.

O que muda na discussão de gênero pelo fato de estarmos vivendo em uma pandemia?

Essa foi, sem dúvida, uma das perguntas que mais motivaram a elaboração do circuito formativo com a temática “Gênero”, pois, logo nos primeiros meses de isolamento social, pesquisas já apontavam que o fato de as mulheres estarem em casa levou ao aumento dos casos de violência doméstica por todo país. O cenário, que já era complicado, só se agravou com a pandemia e, nesse sentido, pensar essa temática se fez fundamental para proporcionar um espaço de debate e reflexão.

Dados divulgados pelo canal Ligue 180, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, relatam que no mês de abril o aumento de casos de violência doméstica foi de 37,6% em comparação ao mesmo período de 2019. O estudo “Violência doméstica durante



a pandemia de Covid-19”, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), demonstra que, além do feminicídio no país ter crescido 22,2% nos meses de março e abril deste ano, a pandemia ainda resultou em menos registros de ocorrências de crimes dessa natureza nas delegacias de todo o país, reduzindo, portanto, a concessão de medidas protetivas de urgência para evitar o contato das mulheres com os agressores.

Reunimos profissionais que atuam na Política de Assistência Social como educadores sociais, supervisores, técnicos, assistentes sociais e psicólogos de diferentes lugares do país. A diversidade e a pluralidade do grupo possibilitaram um debate transversal, que nos permitiu entrar em contato com a realidade e as particularidades do impacto da pandemia na discussão de gênero em todo o país, gerando um ambiente germinativo de troca de ideias e ampliando o escopo de atuação e reflexão de questões essenciais para uma dinâmica de convivência cada vez mais fortalecida.

“ (...) em defesa de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça e orientação sexual (...). ”

O processo formativo aconteceu em duas fases, sendo a primeira em três ciclos de formação sobre os assuntos: “A historicidade da construção social de gênero e a violência contra mulher: a construção histórica das relações de gênero”; “Políticas de proteção para a mulher: a violência doméstica na pandemia”; “Identidade de gênero e as contribuições da Assistência Social no acesso à formação e na garantia de direitos”; “Gestão do lar e a parentalidade contemporânea: as relações entre gêneros e seus desdobramentos na contemporaneidade” e “Papel do homem na questão de gênero”. Já na segunda etapa, a formação se voltou para a elaboração de uma ferramenta capaz de difundir de forma didática os resultados dos debates.

O JOGO “DESEMBARALHANDO GÊNERO”

O jogo propõe interatividade, diálogo e troca de experiências entre gerações em defesa de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça e orientação sexual, contribuindo para que os jogadores percebam as dinâmicas sociais e discutam, à luz dos Direitos Humanos, as contribuições das proposições afirmativas e do comprometimento com a construção social democrática, livre e cidadã.

A finalidade do jogo é promover o conhecimento sobre gênero, por meio de informações organizadas nas seguintes categorias: “Você sabia?”; “Cultura popular”; “O que você faria?”; “Quem inventou?”; “Uma verdade e duas mentiras”, dimensionadas em três eixos: criança, adolescente e família. Os conteúdos dos conjuntos de cartas são divididos por faixa etária e se referem a elementos históricos da sociedade brasileira, como a Lei Maria da Penha e personalidades femininas revolucionárias, e questões sobre identidade de gênero. Os conteúdos provocam reflexões, debates, diálogos e possibilidades de desdobramento em espaços de convivência coletiva.

A metodologia não busca esgotar o tema, mas sim gerar provocações para os operadores da Assistência Social, da Educação e dos demais segmentos, engajados em discussões construídas coletivamente, que incentivem as relações de poder horizontais, dialógicas e progressistas. A participação, a socialização da palavra e a vivência de situações concretas promovem desafios e responsabilidade no trato do tema, a partir da leitura crítica sobre acontecimentos e fatos da história.

Tema: Gênero

Participantes: 116

Municípios: 30

Instituições públicas e privadas: 65

Encontros virtuais entre agosto e novembro de 2020: 10

Principal resultado: jogo “Desembaralhando Gênero”

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

OS DIAS ERAM ASSIM...

Por Lilian Gibin



Lugar silencioso, sons apenas de passarinhos, gatos, cachorros soltos na rua... Eu observava tudo e pensava: "Não acontece nada neste lugar de dias longos e desertos". Mas tudo acontecia na minha imaginação!

Meu pai saía para trabalhar e meus irmãos, quando voltavam da escola, brincavam na rua de queimada, pega-pega e futebol. Isso era coisa de menino, mas minha irmã quebrava as regras e dizia: "Eu também posso jogar!", e passava a tarde em meio à molecada. Eu e minha mãe ficávamos em casa, ela sempre ocupada com os afazeres do lar enquanto eu explorava o quintal criando meu mundo: conversar com as formigas, subir no pé de jabuticaba... Lá sim era minha verdadeira casa, com galho-quarto, galho-sala, galho-cozinha e galho-banheiro. Às vezes subia tão alto que conseguia olhar por cima da copa da árvore. Quando se é criança, tudo parece ser gigante...

Às vezes minha mãe me autorizava a ir até a esquina, no bar do Sr. Rubens, buscar um doce, enquanto ela me esperava na varanda, sentada, fazendo *frivoleté*, uma espécie de renda feita em linha com uma agulha chamada navete. Nomes estranhos! Mas o importante é que no auge dos meus 3 anos de idade eu podia sair do portão para fora. Minha mãe gritava: "Cuidado para atravessar a rua!", e eu olhava para os dois lados e pensava: "Será que tenho que esperar aparecer um cavalo, uma charrete ou um carro – o que era mais difícil aparecer por lá – para depois poder atravessar?". Alguns segundos eram suficientes para saber que podia atravessar em segurança. Não passava ninguém na rua. Chegando ao bar, o que mais chamava minha atenção não eram os doces (chupeta vermelha de açúcar queimado, maria-mole, casquinha com maria-mole que tinha um anel grudado, doce de leite, doce de coração de abóbora...), mas sim o que ficava em cima do balcão e eu só de longe conseguia enxergar: eram os ovos de galinha coloridos. Azul, amarelo, rosa, verde... Pensava que no sítio da minha nona só tinha galinha que botava ovos brancos... Só depois de muito tempo fui conhecer o corante anilina, que

se colocava na água para cozinhar os ovos e deixar sua casca colorida.

Os 5 minutos eram o suficiente para essa jornada, e voltava correndo com medo do homem do saco.

Algumas figuras muito tradicionais da zona rural apareciam uma a uma, de tempo em tempo: homem na charrete, homem a cavalo, homem no alto-falante vendendo frutas, homem tirando mato da calçada, homem com gaita vendendo sorvete e um homem que tinha matado a mulher. Diziam: "Foi crime passionnal!". Matar eu sabia o que era, mas não sabia o que era "passional". Devia ser coisa boa se ele estava lá vivendo tranquilamente sua vida, então achava que estava tudo certo.

Mas o que quero contar mesmo é que, em todos os finais de semana do mês de agosto, a pequena cidade de Joaquim Egídio (hoje distrito de Campinas) ficava diferente. Era o momento tão aguardado, a Festa do Padroeiro, a Festa de São Joaquim. Ah, que lindeza! A rua ficava movimentada, tinha gente de toda parte, quermesse, pau-de-sebo, muitas bandeirinhas e as atrações especiais, como o desfile de cavalos, com todo destaque e atenção para a procissão de andor com o Santo Padroeiro, saindo pelas três ruas e abençoando nossa vila! Muita música e violeiros ajudavam a festejar o tempo mais aguardado. Nesses dias, meu pai ajudava na organização da festa. Acho que tenho a quem puxar, sou festeira, e uma festa com tradições populares ainda toca profundamente meu coração. Fiquei até meus 6 anos morando naquela rua da igreja, local onde tudo acontecia uma vez ao ano. Quando mudamos para Campinas, a adaptação foi longa; tudo inspirava cuidado e ao mesmo tempo novas descobertas. Logo me chamou atenção o bairro Taquaral, com sua lagoa onde as pessoas caminham, se encontram, fazem piqueniques.

Nunca pensei que em meio a uma pandemia o tema "Regionalidade" fosse despertar em mim as melhores memórias. Conheci gente de várias regiões, o que provavelmente não seria possível se os encontros fossem presenciais. Sentimos uma energia boa entre nós e o mesmo objetivo

“ Deparamo-nos com figuras importantes e estudos relevantes, que apontam as prováveis causas das desigualdades sociais, responsáveis por outro tipo de distanciamento social em nosso país. ”

de partilhar conhecimentos, experiências e mudar o mundo, ou pelo menos o nosso mundo, começando pelo respeito a todos que faziam parte daquele encontro virtual. Houve algumas interferências pela qualidade da internet, mas nada que tenha impedido as trocas de conhecimento.

Os encontros semanais durante esses três meses foram ricos em reflexões. Deparamo-nos com figuras importantes e estudos relevantes, que apontam as prováveis causas das desigualdades sociais, responsáveis por outro tipo de distanciamento social em nosso país. Como conviver com tanta desigualdade? Quais caminhos precisamos percorrer para fazer a nossa parte como educadores sociais? Acima de tudo, o que podemos fazer como cidadãos da nossa terra?

Aprendemos uns com os outros em momentos encantadores: janelas abertas para lugares nos quais não existia a pandemia, pelo menos por algumas horas. Rafael, com sua rabeça, tocou e nos tocou com seu sotaque do Nordeste e falou sobre seu conterrâneo Fabião das Queimadas, poeta, escravo que comprou a própria alforria, também tocador de rabeça e cantador brasileiro. São João da Mata, cidade da Mari, no melhor estilo interiorano de Minas Gerais, um lugar que preserva as tradições da Folia de Reis e das Congadas, um paraíso cultural. Ícaro, jovem gaúcho, enriqueceu nossos encontros com as tradições de músicas, danças e vestuários ainda muito presentes na formação das crianças e adolescentes de sua cidade, centro de tradições que fortalecem a vida naquela região. E a Taiada... Ah, essa deu o que falar! É um doce que Rosana e Vivian nos contaram ser tradicional em Caçapava, na região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Até a receita mostraram e ficaram de enviar pelo correio para saborearmos essa delícia feita de melado de cana-de-açúcar, farinha de mandioca e gengibre. Estou esperando chegar aqui em casa e depois conto o que achei.

“Conheci” o bairro de São Mateus em São Paulo, um lugar que mostra todo contraste da desigualdade social, sob o olhar atento e sensível da Eliane. Algumas ações concretas realizadas ali valorizam a vida de

crianças e jovens daquele lugar e nos fazem pensar como temos inúmeros bairros como esse espalhados por todo o Brasil, uma realidade que se perpetua a cada vez que uma criança nasce e lhe é negado o direito a moradia, alimentação adequada, saúde, escola, lazer e cultura para que ela possa se descobrir e descobrir novos caminhos para sua vida. Daqui de Campinas/SP apresentei o Movimento das Minas, um coletivo de mulheres com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre a questão da violência contra a mulher. Eu escolhi esse tema em homenagem a Thais, que foi menina primavera, ou seja, uma menina atendida pelo Grupo Primavera, instituição na qual atuo como coordenadora de projetos voltados ao público jovem. Em 2019, aos 21 anos, ela acabou sendo vítima de feminicídio, pois o namorado não aceitava o fim do relacionamento.

Por meio da mobilização da comunidade do Jardim São Marcos, o coletivo Movimento das Minas surgiu para realizar um trabalho de apoio às mulheres vítimas de violência, divulgando todos os meios legais e políticas públicas que protegem suas vidas.

Agora já posso dizer que o ano da pandemia de Covid-19 foi um ano de muitas surpresas ruins, perdas, informação e desinformação. Mas ele também trouxe novas vivências e possibilidades. Ficamos conectados e percebemos como o acesso à internet não é tão democrático assim, afinal, muitos lugares ainda não possuem saneamento básico, rede de esgoto e, muito menos, uma rede de internet que permita essa conexão.

O grupo deixará saudades, mas também muitos ensinamentos. Foi bom demais!

Tema: Regionalidade

Participantes: 64

Municípios: 18

Instituições públicas e privadas: 37

Encontros virtuais entre agosto e novembro de 2020: 10

Principal resultado: apresentação durante a transmissão ao vivo.



O MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI:

AS FRAGILIDADES E OS IMPACTOS NA GESTÃO DO TRABALHO
DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS *

Por Iara Marinho, Jessica Viana, Joselaine Martins,
Regiane de Souza, Solange Guedes e Tarceli Clarice Silva

No desenho de um sistema único, destaca-se a proposta de gestão dos recursos disponíveis para a operação cotidiana e qualificada de uma política pública com a dimensão da Assistência Social, exigindo da gestão novas configurações no trato com equipes de trabalho, recursos técnicos, tecnológicos e demais condicionantes que garantam à população a oferta de serviços mais qualificados, eficientes e de acesso universal. Essas premissas

constituem o eixo estruturante de uma política de defesa e garantia de direitos de famílias e comunidades que diariamente demandam atenção e atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país.

A despeito dessas constatações e certezas, o panorama atual da oferta de serviços do SUAS exhibe um conjunto de situações que fragilizam seus resultados e nos permitem, empiricamente, perceber suas causas nos evidentes vestígios de precarização na oferta dos

serviços, sobretudo no que se refere às condições de trabalho e suas implicações no desempenho dos profissionais envolvidos.

Para o desenvolvimento da proposta de pesquisa do grupo, lançamos mão primeiramente do histórico

das grandes mudanças contemporâneas acontecidas no mundo do trabalho, nas sociedades ocidentais, a partir do suporte teórico da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), que nos apresenta três atividades presentes na vida humana: "labor, trabalho e ação" (2007, p. 15):

O "labor" trata-se da condição biológica do ser humano, ou seja, os mecanismos vitais utilizados e incorporados com o desenvolvimento do ser para que se viva até o seu fim, ou seja, faz parte da condição humana, sendo a própria vida.

O "trabalho" é o artificialismo do ser humano no mundo; faz um mundo artificial de coisas, claramente diferente de qualquer ambiente natural. A existência do ser humano não é um eterno ciclo vital e a mortalidade não é compensada por esse ciclo, ou seja, as pessoas têm um tempo para viverem como seres humanos, mas há uma finitude para a vida, contudo, o trabalho individual no tocante à produção de coisas transcende todas as vidas individuais.

A "ação" significa a pluralidade da condição humana, sendo assim, é a atividade realizada entre os seres humanos sem a mediação das coisas, mas pelo fato de sermos todos iguais e, ao mesmo tempo, diferentes entre si e existentes em enorme quantidade – pluralidade.

Também como recurso bibliográfico, citamos outro filósofo, precursor de Arendt, o também alemão Karl Marx (1818-1883), para quem o trabalho, ao mesmo tempo em que traz satisfações coletivas, promove uma transformação no homem, através da interação desta construção. Para ele, o caráter ontológico do trabalho, do ser natural ao ser social, é fundamental para a sua socialização. Ele cita que não há um ser social sem trabalho, sendo o "trabalho" essencial para a mediação entre o homem e a natureza.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, p. 2).

No contexto da realidade brasileira atual, verificamos a necessidade de adensar a proposta reflexiva deste artigo e direcionamos nossa análise para um eixo estruturante no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que é o eixo da gestão do trabalho, tendo como enfoque a problematização da precarização do trabalho e seus impactos no cotidiano do trabalhador do SUAS.

É importante destacar que, somente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), a Assistência Social foi reconhecida como Política de Seguridade Social não contributiva e Proteção Social Pública. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (2005) aprovou um novo texto para a Política Nacional de Assistência Social, estabelecendo cooperação federativa e bases organizativas para implantação do SUAS. Nesse texto, há o reconhecimento de que os recursos humanos não haviam sido priorizados conforme citado na PNAS:

O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população (PNAS, 2004, p. 53).

A partir da contribuição do autor Renato Paula (2014, p. 254), que trata da questão do *Trabalho e processos de trabalho no SUAS*, é possível observar outros aspectos da precarização no âmbito do SUAS. O autor evidencia as contradições fundamentais das sociedades de mercado, ao apontar que o trabalho associado à geração de lucro é entendido como “única forma de sociabilidade moralmente aceita pela sociedade”. Tal perspectiva está na contramão dos trabalhadores sociais, que, mesmo estando na divisão técnica social do trabalho, respondem inversamente a essa lógica de mercado.

Os processos de trabalho não vinculados à geração de riqueza sofrem uma valorização negativa, isto é, são considerados atividades de segunda categoria. Isso implica em outra contradição: atividades consideradas “subalternas” se tornam essenciais para a manutenção do “progresso social” (agudizador da desigualdade), ao mesmo tempo em que ocorrem em condições cada vez mais precárias (PAULA, 2014, p. 256).

Como pontos de análise em curso, tratamos de cinco indicadores de precarização mencionados pela pesquisadora Raquel Raichelis (2011, p. 45) ao citar Druck (2009), os quais serão transpostos a seguir:

- a) Das formas de mercantilização da força de trabalho, que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural;
- b) Do processo de construção das identidades individual e coletiva, que produz desvalorização e descartabilidade das pessoas e aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho;
- c) Da organização e das condições de trabalho, que ampliam o ritmo do trabalho e a definição de metas inalcançáveis, produzem a extensão da jornada, a polivalência, a rotatividade, a multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais que conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica;
- d) Das condições de segurança no trabalho, que, fragilizadas, produzem diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis;
- e) Das condições de representação e de organização sindical, que ampliam a fragilidade sindical e os efeitos políticos da terceirização.

Compreendemos, a partir deste artigo, que a temática em torno da precarização do trabalho e dos impactos na saúde dos trabalhadores é complexa, uma vez que estamos imersos na crise contemporânea do capital e numa crise sanitária, as quais provocam antigas e novas configurações de precarização e, conseqüentemente, desencadeiam os processos de adoecimento e sofrimento conforme procuramos apresentar nesta pesquisa bibliográfica.

* Compilação do Trabalho de Conclusão de Curso, em fase de pesquisa, do curso de pós-graduação *lato sensu* “Gestão em Serviços do SUAS”, realizado na FAPCOM - Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação, em São Paulo/SP, sob a orientação da professora doutora Marcia Moussallem.



ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS



O Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social foi constituído no ano de 2011. Sua finalidade principal é construir coletivamente, a partir do conhecimento acumulado no âmbito da política de Assistência Social, soluções contextualizadas para as demandas das organizações sociais. Essa geração de oportunidades se realiza pelo investimento no usuário, o aperfeiçoamento profissional, a promoção, formação, produção e disseminação de conhecimentos.

Este serviço consolida a PAULUS como entidade de Assessoramento, cruzando todo o país com ações dirigidas ao público da Assistência Social, voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, assim como a formação e capacitação de lideranças. Os cursos, pesquisas e publicações são oferecidos gratuitamente.

A partir da atuação em rede com outras grandes organizações da Assistência Social, o Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social desenvolve ações com ênfase nas cinco regiões do país e está estruturado para dialogar e construir coletivamente as soluções para as principais demandas da política de Assistência Social no Brasil.



Assistência Social PAULUS
11 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

paulus.com.br


PAULUS